

**RELATÓRIO ANUAL**

**DA**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**DO EXERCÍCIO DE 2013**

## SUMÁRIO

1. ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	3
2. APRESENTAÇÃO.....	4
3. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO.....	4
4. PARTICIPANTES.....	5
5. ATIVOS LÍQUIDOS DOS PLANOS (RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS, FUNDOS E PROVISÕES).....	6
6. APURAÇÕES DOS RESULTADOS – VALORES ACUMULADOS.....	7
7. INVESTIMENTOS .....	8
8. PATRIMÔNIO SOCIAL .....	9
9. RENTABILIDADES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS .....	10
10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	12
11. AÇÕES JUDICIAIS (REFLEXOS) .....	13
12. GLOSSÁRIO.....	13
13. AGRADECIMENTOS .....	12

## 1. ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

### Diretoria Executiva

Diretor	Cargo	Mandato
José Ernestino Maciel Souza	Diretor Superintendente	06/01/2010 a 05/01/2014
José Gomes da Silva Sobrinho	Diretor Financeiro	10/01/2013 a 31/12/2016
Mônica Maria Bomfim Cruz	Diretora Adm. e de Seguridade	22/08/2012 a 21/01/2016

### Conselho Deliberativo

**Mandato: de 23/07/2013 até 22/07/2017**

#### Membros Efetivos:

- Antônio Augusto Lucas Vivarini (Presidente);
- Willian de Pinho Barroso (substituto eventual da Presidência);
- Shirley Nogueira Santos;
- Usiel Rios
- Durvalina Silva Santos Scaringi

#### Membros Suplentes:

- Rinaldo Solera;
- Alessandro Brum;
- Marília Emanuela Fontes Amorim;
- Jéferson Pereira Dias.

### Conselho Fiscal

**Mandato: até 23/07/2013 até 22/07/2017**

#### Membros Efetivos:

- Bruno Margato Clemente (Presidente)
- Ramirez Modesto Figueiredo (substituto eventual da Presidência);
- Marco Antônio Silva Gonzaga.

#### Membros Suplentes:

- Paulo Rollemberg Garcez Vieira;
- Paulo Tadeu da Silva Alves;
- José Fredy Vieira.

#### Patrocinadores:

- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
- Instituto Energipe de Seguridade Social – INERGUS.

## **2. APRESENTAÇÃO**

O Instituto Sergipe de Seguridade Social – INERGUS vem apresentar aos seus participantes ativos e assistidos e à Patrocinadora-Instituidora - Energisa Sergipe, as principais atividades desenvolvidas no Exercício de 2013.

## **3. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO**

### **3.1 - Comitê de Investimentos**

Criado em 2011, o Comitê de Investimentos tem proporcionando um melhor monitoramento dos recursos destinados à aplicação, nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, empréstimos e demais modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro, viabilizando, ainda, o plano de aplicação de recursos da Entidade dentro das melhores práticas de governança corporativa, em consonância com a legislação que rege a matéria.

O Comitê é composto por três membros, sendo um representante da Empresa de Consultoria Financeira e de Riscos, um Profissional do mercado financeiro e pelo AETQ.

O Comitê possui natureza consultiva, competindo-lhe propor as condições operacionais da Política de Investimentos e subsidiar a Diretoria Executiva do INERGUS, sempre que solicitado, nas tomadas de decisão sobre definição de estratégias de investimentos, seleção de ativos, aprovação das condições de investimento, contratação e substituição de gestores/administradores e custodiantes, bem como sobre a realização de investimentos não tradicionais.

O Comitê avaliou as Políticas de Investimento para o período 2014 – 2018, elaboradas pela Consultoria RiskOffice, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do INERGUS em reunião realizada em 17 de dezembro de 2013.

### **3.2 – Políticas de Investimentos**

As Políticas de Investimentos estabelecem princípios e diretrizes para serem seguidos na gestão dos recursos da Entidade, recursos esses que correspondem às reservas técnicas, fundos e provisões. Os princípios e diretrizes visam atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência dos Planos de Benefícios, buscando garantir ao longo do tempo a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos dos planos procurando, ainda, evitar a exposição excessiva a riscos.

As Políticas de Investimentos compreendem todos os itens previstos no Capítulo V da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN, nº 3.792, datado de 24 de setembro de 2009. O horizonte é de sessenta meses, conforme especifica a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

### **3.3 - Demonstrações Atuariais**

A PREVIC, através da Instrução Previc nº 09, de 14 de dezembro de 2010, alterada pela Instrução Nº 1, de 27 de janeiro de 2012, fundamentada nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, aprovou os procedimentos e instruções para o

preenchimento das Demonstrações Atuariais – DA dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, relativamente ao Exercício de 2013.

As Demonstrações Atuariais foram desenvolvidas para o cadastro e envio anual dos estudos atuariais dos Planos de Benefícios de Previdência Complementar à PREVIC, de forma a analisar o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano. Atuarialmente são analisados os métodos, hipóteses e dados do Plano de forma a constatar se há superávit ou déficit técnico, ou seja, se os Benefícios previstos em Regulamento podem ser pagos da forma como o Patrimônio do Plano está evoluindo.

### **3.4 – Planos administrados pelo INERGUS**

O INERGUS conta com três planos de benefícios: Plano de Origem – BD-1, Plano Saldado INERGUS - PSI e o Plano de Contribuição Definida - PCD.

No sistema de previdência complementar brasileiro, o valor de benefícios pagos supera as contribuições vertidas aos planos de benefícios pelos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos.

Para o Plano de Origem – BD-1, e para o Plano Saldado INERGUS - PSI, as contribuições previdenciais vertidas ficaram abaixo do valor dos benefícios pagos, enquanto que para o Plano de Contribuição Definida – PCD, as contribuições previdenciais superaram o valor pago a título de devolução de cotas.

### **3.5 – Governança Corporativa**

A Entidade deu continuidade ao cumprimento das diretrizes emanadas da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, nº. 13, de 01 de outubro de 2004, a qual diz respeito aos princípios e regras e às práticas de governança e gestão de controles internos, cumprindo plenamente junto aos órgãos fiscalizador e regulador, aos participantes, à Patrocinadora e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A Entidade já dispõe do Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos, como resultado do primeiro ciclo de autoavaliação de riscos e controles, de acordo com indicações de melhores práticas de gestão de riscos e controles internos e as orientações e designações da Resolução nº 13 do CGPC e alinhamento à Recomendação nº 2/2009 que dispõe sobre a adoção da Supervisão Baseada em Riscos (SBR), no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

## **4. PARTICIPANTES**

O INERGUS encerrou o Exercício de 2013 com o seguinte quadro de participantes ativos, assistidos (aposentados e pensionistas), comparativamente ao exercício anterior:

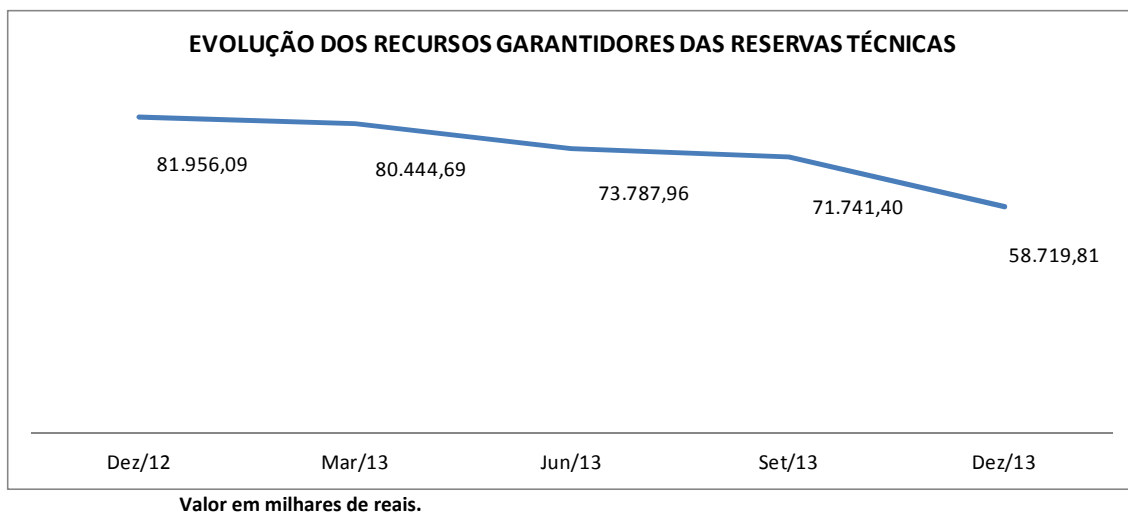
DEZEMBRO/2012			DEZEMBRO DE 2013		
BD-1	PSI	PCD	BD-1	PSI	PCD
75	590	534	61	542	504
360	20	0	363	29	0
98	2	0	103	2	0
<b>533</b>	<b>612</b>	<b>534</b>	<b>527</b>	<b>573</b>	<b>504</b>

participantes em gozo de Suplementação de Auxílio Doença

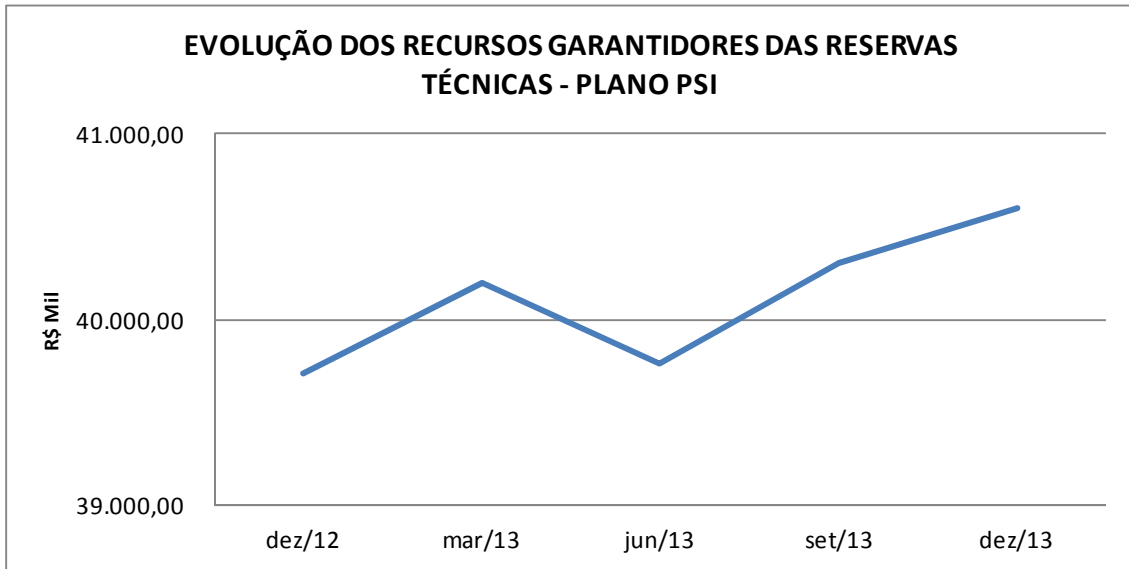
## 5. ATIVOS LÍQUIDOS DOS PLANOS (RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS, FUNDOS E PROVISÕES)

Os gráficos abaixo representam a evolução dos Ativos do INERGUS – Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, Fundos e Provisões - destinados à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano, as quais correspondem à diferença entre os Ativos dos Planos e os Exigíveis Operacionais.

### PLANO BD-1

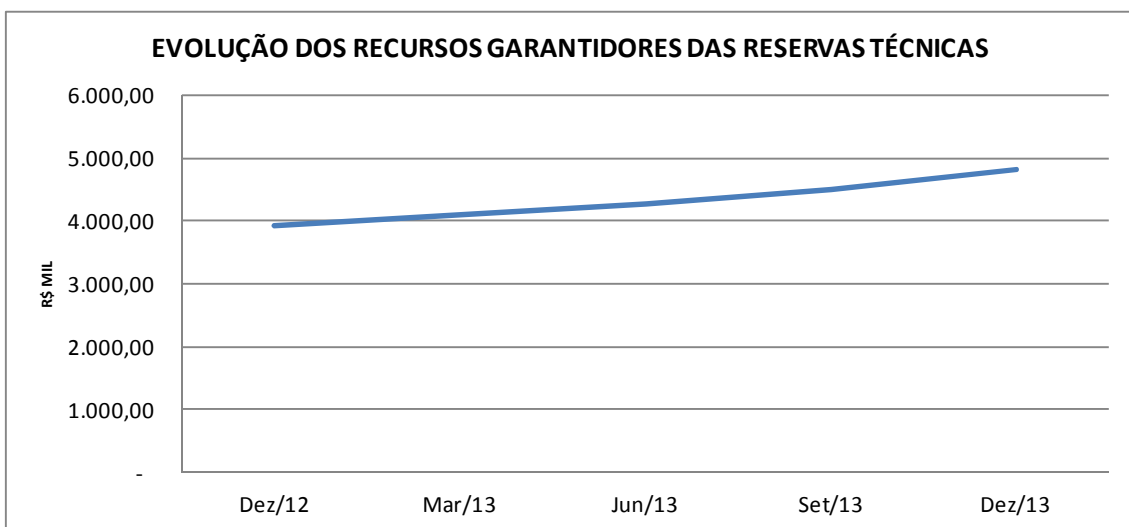


## **PLANO PSI**



Valores em milhares de reais.

## **PLANO PCD**



## **6. APURAÇÕES DOS RESULTADOS – VALORES ACUMULADOS**

## APURAÇÃO DE RESULTADOS

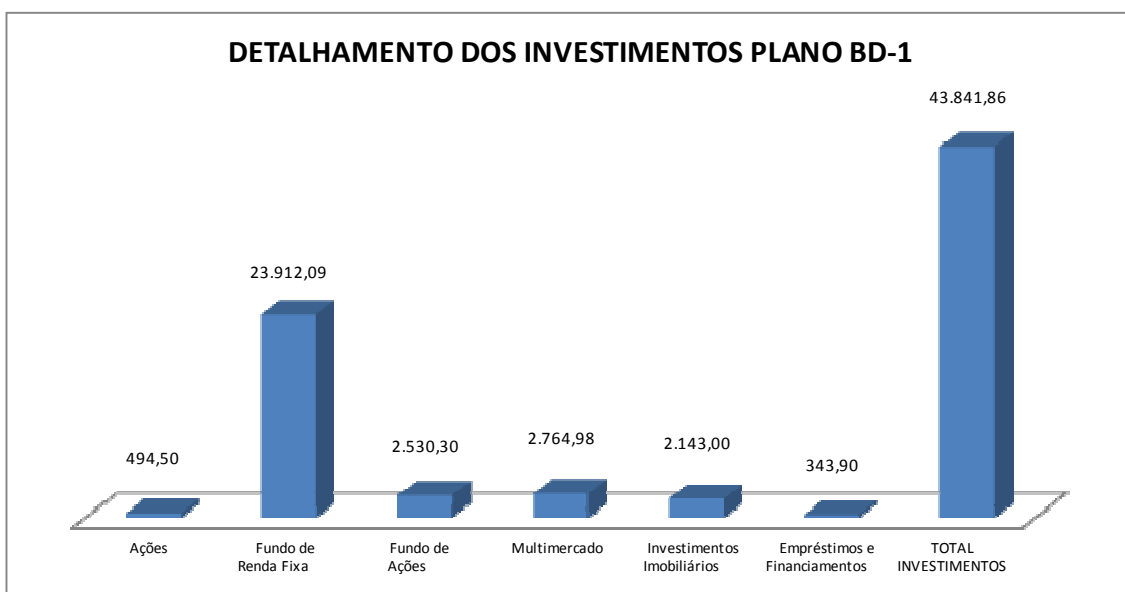
Posição: 31/12/2013

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO/PLANOS DE BENEFÍCIOS	BD-1	PSI	PCD
Ativo Total	69.879,21	40.787,16	5.285,60
(-) Exigível Operacional	(395,70)	(26,52)	(96,91)
(-) Exigível Contingencial	(4.284,20)	-	-
(-) Provisões Matemáticas	(85.227,94)	(44.121,09)	(4.807,96)
(-) Fundos Previdencial / Administrativo	(6.479,49)	(155,28)	(380,72)
(=) Superávit / <b>Déficit Técnico</b> Acumulado	<b>(26.508,12)</b>	<b>(3.515,73)</b>	(0,00)

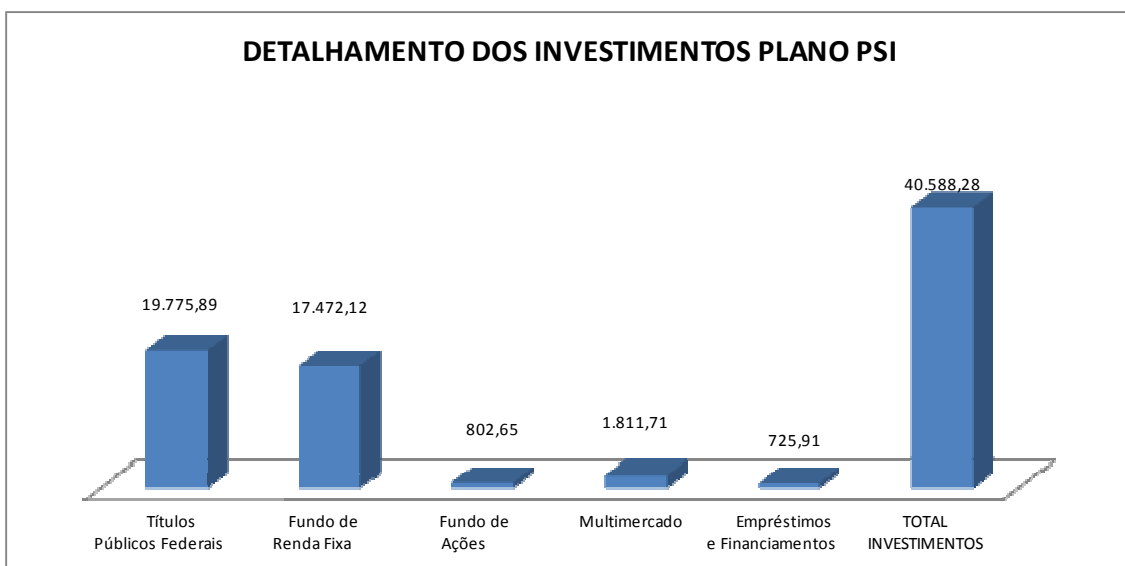
## 7. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Entidade ficaram assim distribuídos, por planos de benefícios, no final do Exercício de 2013:

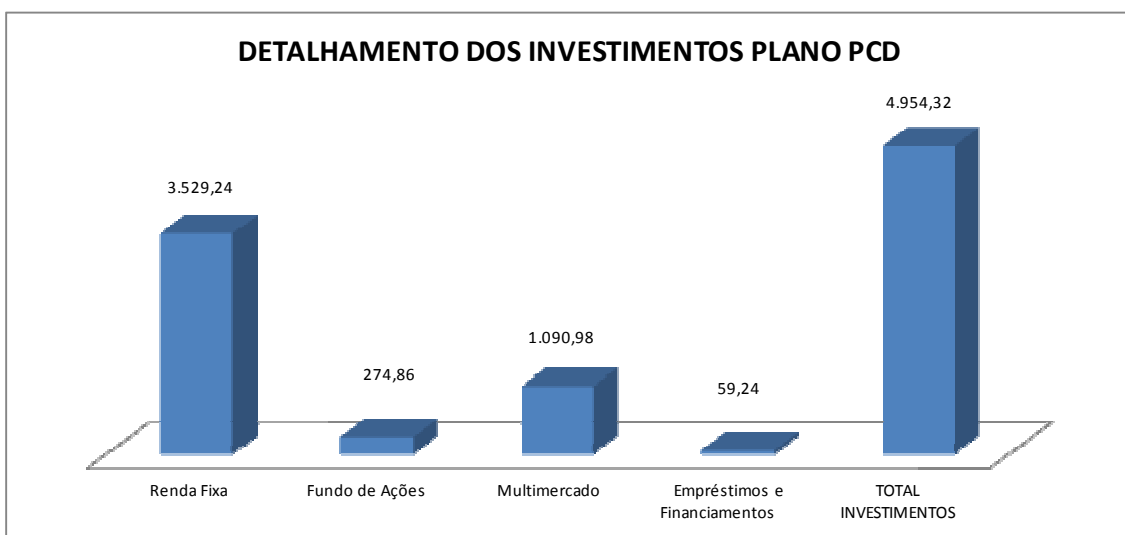


Valores em milhares de reais





Valores em milhares de reais



Valores em milhares de reais

## 8. PATRIMÔNIO SOCIAL E RESULTADOS APURADOS NO EXERCÍCIO DE 2013

O Patrimônio Social compreende da cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos. Demonstramos ainda o equilíbrio técnico dos planos.

## APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Posição: 31/12/2013

(em milhares de reais)

Descrição da Conta	BD-1	PSI	PCD
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>65.199,31</b>	<b>40.760,64</b>	<b>5.188,69</b>
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	58.719,81	40.605,36	4.807,96
PROVISÕES MATEMÁTICAS	85.227,94	44.121,09	4.807,96
Benefícios Concedidos	83.917,15	11.121,64	-
Benefícios a Conceder	1.310,79	32.999,45	4.807,96
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(26.508,12)	(3.515,73)	-
Resultados Realizados	(26.508,12)	(3.515,73)	-
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	(26.508,12)	(3.515,73)	-
FUNDO ADMINISTRATIVO	47,49	155,28	122,78
FUNDO PREVIDENCIAL	6.432,00	-	257,94

### 9. RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Os quadros a seguir demonstram a rentabilidade bruta e a rentabilidade líquida auferidas em cada segmento de aplicações e em cada fundo de investimentos, bem como as taxas de administração e demais custos incorridos com a administração própria e terceirizada dos investimentos, conforme prevê o item 14 da Resolução do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC nº 9, datada de 29 de novembro de 2012.

Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano de Benefício Definido - Exercício 2013						
ATIVO	Posição	Rentabilidade Bruta - RB	Rentabilidade Líquida - RL	Meta Atuarial	Diferencial de Retorno	
	(R\$ )	(%)	(%)		RB - MA	RL - MA
Plano - PBD	43.841.861,04	-4,6708%	-4,8500%	11,6325%	-16,3033%	-16,4825%
Renda Fixa	38.330.167,09	-4,0907%	-4,2200%		-15,7232%	-15,8525%
Renda Variável	3.024.797,22	-9,8668%	-10,1700%		-21,4993%	-21,8025%
Seg. Inv. Estruturado	-	-	-		-	-
Seg. Inv. No Exterior	-	-	-		-	-
Imóveis	2.143.000,00	106,0590%	103,8900%		94,4265%	92,2575%
Operações com Participantes	343.896,73	16,8500%	16,8500%		5,2175%	5,2175%
* Meta Atuarial: PBD = INPC + 5,75% a.a.						

**Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano Saldado Inergus - Exercício 2013**

ATIVO	Posição	Rentabilidade Bruta - RB	Rentabilidade Líquida - RL	Meta Atuarial	Diferencial de Retorno	
	(R\$)	(%)	(%)		RB - MA	RL - MA
Plano - PSI	40.588.275,89	-4,6187%	-4,7500%	11,6325%	-16,2512%	-16,3825%
Renda Fixa	39.059.722,66	-4,1203%	-4,2400%		-15,7528%	-15,8725%
Renda Variável	802.646,71	-6,4572%	-7,0200%		-18,0897%	-18,6525%
Seg. Inv. Estruturado	-	-	-		-	-
Seg. Inv. No Exterior	-	-	-		-	-
Imóveis	-	-	-		-	-
Operações com Participantes	725.906,52	18,4400%	18,4400%		6,8075%	6,8075%
* Meta Atuarial: PSI = INPC + 5,75% a.a.						

**Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano de Contribuição Definida - Exercício 2013**

ATIVO	Posição	Rentabilidade Bruta - RB	Rentabilidade Líquida - RL	Índice de Referência	Diferencial de Retorno	
	(R\$)	(%)	(%)		RB - IR	RL - IR
Plano - PCD	4.954.322,38	-0,1258%	-0,2400%	11,3686%	-11,4944%	-11,6086%
Renda Fixa	4.620.217,44	0,5906%	0,5000%		-10,7780%	-10,8686%
Renda Variável	274.862,11	-8,1014%	-8,5600%		-19,4700%	-19,9286%
Seg. Inv. Estruturado	-	-	-		-	-
Seg. Inv. No Exterior	-	-	-		-	-
Imóveis	-	-	-		-	-
Operações com Participantes	59.242,83	18,9500%	18,9500%		7,5814%	7,5814%
* Índice de Referência: PCD = INPC + 5,75% a.a.						

**Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano de Gestão Administrativa - Exercício 2013**

ATIVO	Posição	Rentabilidade Bruta - RB	Rentabilidade Líquida - RL	Índice de Referência*	Diferencial de Retorno	
	(R\$)	(%)	(%)		RB - IR	RL - IR
Plano - PGA	119.384,25	7,9734%	7,6800%	5,5278%	2,4456%	2,1522%
Renda Fixa	119.384,25	7,9734%	7,6800%		2,4456%	2,1522%
Renda Variável	-	-	-		-	-
Seg. Inv. Estruturado	-	-	-		-	-
Seg. Inv. No Exterior	-	-	-		-	-
Imóveis	-	-	-		-	-
Operações com Participantes	-	-	-		-	-
* Índice de Referência: Renda Fixa = IGP - DI.						

## 10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas relativas ao Plano Saldado e ao Plano de Contribuição Definida ficam a cargo da Patrocinadora através de reembolso mensal, conforme previsto atuarialmente.

Para o Plano de Benefício Definido (BD-1), o valor para custeio é proveniente da taxa de carregamento sobre as receitas previdenciais correntes. As despesas administrativas ficaram assim detalhadas por rubrica:

	(Em mil)
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	Acumulado Dezembro/2013
<b>DESPESAS</b>	<b>1.723,52</b>
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>937,58</b>
<b>DESPESAS COMUNS</b>	<b>479,25</b>
Pessoal e Encargos	235,69
Treinamentos/Congressos/Seminários	4,46
Serviços de Terceiros	151,65
Despesas Gerais	77,89
Depreciações e Amortizações	4,92
Outras Despesas (*)	4,63
<b>DESPESAS ESPECÍFICAS</b>	<b>458,33</b>
Serviços de Terceiros	436,50
Outras Despesas (Exerc. Anterior)	21,83
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>785,94</b>
<b>DESPESAS COMUNS</b>	<b>561,02</b>
Pessoal e Encargos	235,69
Treinamentos/Congressos/Seminários	10,23
Serviços de Terceiros	231,60
Despesas Gerais	74,66
Depreciações e Amortizações	4,92
Outras Despesas (*)	3,93
<b>DESPESAS ESPECÍFICAS</b>	<b>224,91</b>
Serviços de Terceiros	224,91
<b>(*) Outras Despesas:</b>	
Despesas do exercício anterior.	

## 11. AÇÕES JUDICIAIS (REFLEXOS)

Em 31.12.2013 o INERGUS registrou diversos processos judiciais referentes a reclamações de Participantes Ativos e Assistidos e de seus sucessores contra os planos de benefícios previdenciários os quais reivindicam a inflação expurgada, relativa aos Planos Bresser, Collor e outros índices, sobre devoluções de contribuições. Estes processos se encontram com variados estágios de julgamento, inclusive com valores depositados em juízo. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, bem como de acordo com a metodologia e critérios estabelecidos para identificação das ações que se enquadrem na classificação de provável, possível ou remota, em relação a decisões desfavoráveis ao Inergus, avalia que a provisão constituída é suficiente para a cobertura das eventuais perdas. Até o final do Exercício, os diversos processos judiciais estavam distribuídos nas seguintes Áreas: Trabalhista, num total de 9; Cível, num total de 77; Fazenda Pública, 2 processos; e, na Área Privativa de Assistência Judiciária, 1 processo apenas.

	R\$ mil	
	2013	2012
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>		
- Imposto de Renda	-	2
- Revisão de Aposentadoria	4.217	1.054
- Revisão de Pagamento de Reservas	67	862
	<b>4.284</b>	<b>1.918</b>

## 12. GLOSSÁRIO:

**Ativo do Plano:** somatório de todos os bens e direitos do Plano de Benefícios.

**Custeio Administrativo:** valor destinado à cobertura das despesas decorrentes da administração dos Planos de Benefícios de uma EFPC, conforme definido nos Regulamentos e respectivos planos de custeio.

**Despesa Administrativa:** valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

**Despesas Comuns:** gastos atribuídos ao conjunto de planos de benefícios administrados pela EFPC.

**Despesas Específicas:** gastos atribuídos a cada plano de benefícios.

**Despesas Previdenciais:** valores pagos ou devidos a título de Benefício, Resgate ou Portabilidade, de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

**Déficit Técnico:** insuficiência patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios.

**Equilíbrio Técnico Atuarial:** expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um Plano de Benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

**Exigível Atuarial:** conta contábil que registra o total das Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios.

**Fundo Administrativo:** aquele destinado à cobertura de despesas administrativas futuras do Plano de Benefícios.

**Fundo Previdencial:** valor definido pelo atuário com o objetivo de cobertura da anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações do Plano de Benefícios.

**Meta Mínima Atuarial:** valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o Índice do Plano.

**Operações Administrativas:** registra, exclusivamente, o patrimônio e os resultados da gestão administrativa não contemplados nos planos de benefícios.

**Patrimônio Social:** compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

**Plano de Custeio:** documento elaborado, com periodicidade mínima anual, pelo atuário responsável pelo acompanhamento do Plano de Benefícios, no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário à constituição das suas reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

**Provisão Matemática:** conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática do Plano de Benefícios.

**Provisão Matemática de Benefícios a Conceder:** conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios.

**Provisão Matemática de Benefícios Concedidos:** conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios.

**Receitas:** contribuições pagas ou devidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios.

**Recursos Garantidores:** parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano. Corresponde à diferença entre o Ativo do Plano e os exigíveis: operacional, financeiro, administrativo e assistencial, bem como os fundos previdencial e administrativo.

**Taxa de Administração:** Cobrada sobre os Recursos Garantidores.

**Taxa de Carregamento:** percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

### **13. AGRADECIMENTOS**

Finalizando, a Diretoria Executiva do INERGUS agradece a confiança e o apoio recebidos da Patrocinadora Instituidora, dos Participantes Ativos e Assistidos, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Agradece ainda o empenho do corpo de colaboradores para a consecução dos objetivos da Entidade.

**A DIRETORIA EXECUTIVA**